ANC 88
Pasta 05 a 08
fev/87
104

Const 87

A impressionante renovação (65%) dos parlamentares ocorrida nestas últimas eleições mostrou, entre outras coisas, que o povo estava cansado das mesmas caras que há anos freqüentam o noticiário e as cadeiras do Congresso Nacional. O resultado, embora tenha correspondido a esse desejo, no entanto, revelou que o aspecto conservador do eleitorado ainda persiste. Apenas Brasília votou mais à esquerda. Nomes importantes como o do sociólogo Florestan Fernandes, e de jovens como Augusto Carvalho, são mostrados aqui como aqueles que possuem propostas mais elaboradas e cheias de preocupações com a transformação social. Wladimir Palmeira, o agitador estudantil dos anos 60, hoje, apesar de continuar agente transformador prefere trabalhar com mais discrição. Os assim chamados "televisivos" preferiram, por sua vez, marcar suas atuações com muita precaução

OS NOVIÇOS REBELDES (menos os da TV)

De agitador a agente de transformação

MARIA DO ROSARIO CAETANO
Da Editoria de Cultura

Em 1968, ele era um líder estudantil que a grande imprensa definia como "um agitador". Em 1969, estava entre os presos políticos trocados pelo embaixador Elbrick. Até 79, era um dos exilados brasileiros, que deixara nas páginas coloridas de Realidade, Veja, O Cruzeiro e Manchete, a imagem de um mito: o jovem que mobilizava multidões com sua oratória de leve sotaque nordestino. De 79 a 86, foi um militante petista, derrotado nas sucessivas tentativas eleitorais do PT carioca, tido como a "cabeça-de-burro" da agremiação dirigida pelo metalúrgico Lula. Enquanto o PT de São Paulo florescia, o PT carioca, acusado de xlita, era um verdadeiro fracasso eleitoral. As últimas eleições parlamentares mudaram este quadro, pois 30 mil eleitores fluminenses o elegeram deputado federal. Com a líder favelada Benedita da Silva, Wladimir Palmeira chega ao Congresso Constituinte, para representar o PT carioca.

> "O que interessa e é substancial é nossa divergência com Sarney e a Nova República... O que preocupa é este governo que continua sendo contra o povo, contra o trabalhador"

O que sabem as novas gerações sobre esta legenda viva do movimento estudantil, que formou, ao lado de Luis Travassos, José Dirceu e Jean-Marc Van Der Weyd, o que o escritor Arthur Poerner definiu como o Poder Jovem? Pouco, muito pouco. E se depender da vontade dele, pouco saberão. Afinal, nega-se a dizer qualquer coisa sobre sua vida pessoal e prefere, mil vezes, falar sobre o "agora" da bancada petista, que sobre sua vida pessoal.

Alagoano, Wladimir nasceu em ambiente político. O pai, Rui Palmeira, foi deputado e senador. O irmão, Guilherme, é senador pelo PFL e já governou seu Estado natal. Mas é impossível falar dos parentes que militaram e militam na política brasileira. "Meu pai está morto", diz ele. Do irmão, nenhuma palavra.

Por isto, para reavivar um pouco do passado do novo deputado petista é preciso consultar revistas ou contentar-se com o pouco que ele diz sobre os 10 anos que viveu no exílio, iniciado no México, com passagem por Cuba, Chile, México novamente, e vivido, em sua maior parte, na Bélgica.

Nas revistas, fotos mostram Wladimir entre os líderes da Passeata dos Cem Mil, que agitou o Brasil pré-AI-5, em 1968. Mostram, também, estudantes atentos a seus discursos. Sob a foto de um carro incendiado, a revista O Cruzeiro, famosíssima nos anos 60, anunciava em letras grades: "20 de junho, véspera do início do inverno, teve noite quente na GB. Os estudantes, reunidos na Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tentaram dialogar com as autoridades. O prof. Clementino Fraga, reitor em exercício, e o líder estudantil Wladimir Palmeira iniciaram a conversa. Que, lá fora, não continuou. Na Guanabara, a véspera do inverno foi a noite mais quente do ano". (Em 06/07/68).

A ENTREVISTA

Semana passada fomos encontrá-lo na Câmara dos Deputados, no gabinete da liderança do PT, atuando sem descanso. Afinal, da bancada de 16 membros do Partido, onde há estrelas como Lula, o metalúrgico, e Florestan Fernandes, o mais respeitado sociólogo do País, ninguém havia chegado. Por isto, ele nos fez esperar uma hora e 20 minutos, enquanto mantinha entendimentos políticos com o ultra-conservador Siqueira Campos, do PDC goiano.

A conversa começou tensa, pois já no contato, pelo telefone, ele avisara que não falaria, de forma alguma, sobre sua vida pessoal. Do indivíduo Wladimir Palmeira, nada. Do deputado federal e membro do PT, tudo.

Começamos, ele com certa má vontade, a relembrar sua infância.

— Nasci em Maceió. Aos seis anos, mudamos para o Rio.

Por que se mudaram de Alagoas? Porque seu pai foi eleito deputado?

— Isso não interessa.

Como você se iniciou na política estudantil? Sendo filho de um político conservador (Rui Palmeira pertencia, então, à Arena), por que foi militar num movimento de esquerda?

— Fiz política secundarista. Estudava no Colégio Mallet Soares, em Copacabana. Fui diretor da revista Selva, a melhor de todos os colégios do Rio e atuei no Centro Cívico Olavo Bilac.

Você era filho de uma família rica?

— (Silêncio).

O que estudou, depois do curso médio?

— Direito, na Faculdade Nacional de Direito, na então Universidade do Brasil. Não terminei o curso porque fui suspenso por um ano. Retornei e estudei por dois anos. Aí vieram a prisão e o exílio.

Você tinha consciência de que era um líder estudantil respeitado, que ganhava páginas e mais páginas em revistas de circulação nacional?

— Só vim a descobrir a repercussão do movimento estudantil na cadeia, por causa do processo, que rendeu páginas e páginas.

O que fez de você liderança tão perseguida pelas forças policiais? Você pertencia a alguma organização de esquerda?

— Não. Fui presidente da UME (União Metropolitana de Estudantes). Fui preso no Congresso de Ibiúna, em 68.

Por que, então, você se tornou liderança tão perseguida? Será que foram sua fama de bom orador, seu carisma e poder de sensibilizar a massa estudantil?

— Eu era um bom orador, mas meus colegas eram excelentes oradores. Orador bom, aliás, não faltava. O que perseguiam era o movimento estudantil que na época tinha peso muito significativo.

Como sua família encarava sua militância?

— Já disse pelo telefone e repito que não falo deste assunto.

O que o deputado Palmeira vai defender na Constituinte?

— Meu partido tem uma posição clara. Temos cinco ou 50 reivindicações que nos permitirão fazer mediação entre o que o movimento social deseja e o Parlamento pode fazer. O partido é uma agente de transformação. O PT quer suspender o pagamento da dívida externa, quer estabelecer bases amplas de participação dos trabalhadores na vida do País, quer o direito de greve, quer, enfim, discutir as reivindicações gerais e as estruturais, sempre do ponto de vista do trabalhador.

Você costuma ser definido como um dos mais ativos membros da ala "xlita" do PT (a mais radical), enquanto a turma do Lula seria "light" (mais ponderada). O que você acha disso?

— Os eleitores cariocas que me elegeram não estão preocupados com as divisões internas do PT, pois sabem que elas são boas na medida em que dinamizam o partido, e, ao mesmo tempo, são secundárias. Nossas divergências com José Sarney e a Nova República sim, e que interessam e são substanciais.

A coligação com o PV (Partido Verde) de Gabeira foi importante para que do PT elegesse dois constituintes no Rio? Você está satisfeito com o desempenho do Partido?

— A coligação foi muito importante. Nós mostramos, com os 8% de votos de Gabeira, que conseguíamos criar um campo distinto do populismo brizolista e da Nova República representada pelo Moreira Franco. Em 82, só alcançamos 3% dos votos, com o candidato Lysâneas Maciel para governador do Estado. Em 85, para a Prefeitura, só tivemos 1% dos votos. Desta vez, e não nego que muito pelos méritos do Gabeira, um excelente candidato, alcançamos 8%, elegemos dois deputados federais e alguns estaduais.

Quem avaliação você faz da representação que o PT está enviando à Constituinte?

— Embora numericamente pequena (16 deputados), é uma bancada de grande qualidade. Reúne experiências diversas e muito ricas. Há o Lula, que é um líder metalúrgico e presidente do Partido; o Olivio Dutra, também um líder sindical (bancários, RS); o Plínio Arruda, que é ligado à Igreja e à questão da reforma agrária; o Florestan Fernandes, que é um intelectual dos mais respeitados; duas mulheres, como a Benê, que é líder de favelas e liderança ligada ao movimento negro, e a Irma Passoni.

Você gostou do programa que o PT mostrou na última segunda-feira? Por que o partido não apresentou sua bancada aos espectadores?

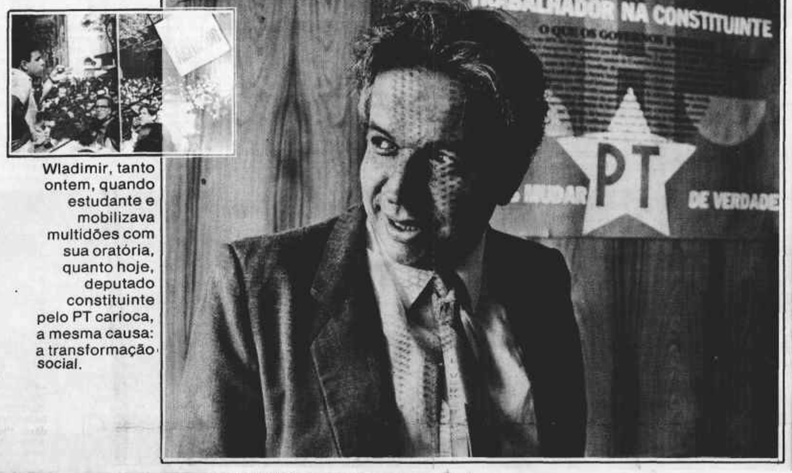
— Gostei do programa, pois acho que elegeu o grande tema do momento: o problema econômico, na hora que precede o lançamento do Cruzado III. Quanto à não-apresentação da bancada, foi, de certa forma, resolvida, na medida em que cada Estado teve um de seus representantes eleitos falando sobre o tema que lhe era proposto por pergunta de populares.

O que você espera do governo Moreira Franco?

— Não espero muita coisa, pois sei que ele vai atuar em duas frentes. Uma, na desmontagem do esquema do Brizola, e outra, na construção de um governo voltado para os interesses do empresariado. Ao contrário do Brizola, que centrou sua ação no plano social, com os CIEPs e obras nas favelas, deixando a economia do Estado em má situação, Moreira vai investir em grandes obras: novo porto, polo petroquímico, etc.

Como você vê o PDT de Brizola? Por que não foi possível uma aliança entre PDT e PT?

— Porque o PDT cresceu com restos de outros partidos. Com Adhemar de Barros, em São Paulo e com o PDS, no Rio. Quando Brizola chegou ao fim de seu governo, tinha 23 prefeitos. Destes, 21 eram oriundos do PDS. Não dá para fazer aliança com um partido assim constituído.



Wladimir, tanto ontem, quando estudante e mobilizava multidões com sua oratória, quanto hoje, deputado constituinte pelo PT carioca, a mesma causa: a transformação social.

Família: um tema evitado

Como Wladimir Palmeira negou-se, de forma irredutível, a falar de suas relações familiares, o jeito foi tentar ouvir alguma coisa do senador Guilherme Palmeira, 48 anos, presidente do PFL até a semana passada.

No começo, tudo pareceu em vão. Guilherme avisou que ele e o irmão têm compromisso de "não falar de temas familiares". Porém, com gentileza em todos os tons oposta à de Wladimir, acabou confessando que ele e o irmão são "grandes amigos", embora sempre tenham atuado em partidos e linhas políticas antagônicas.

Guilherme Palmeira foi, além de presidente do PFL (Partido da Frente Liberal), governador de Alagoas, por indicação indireta. Em recente série de matérias onde traçou o perfil do novo Congresso Constituinte, o CORREIO BRAZILIENSE definiu-o como um senador de linha "liberal avançada". A Folha de S. Paulo, por sua vez, o colocou como um "político de centro".

Rui, o pai, foi senador pela Arena; o irmão Guilherme, "liberal avançado".

Entre a definição do CORREIO e a da Folha, Guilherme Palmeira prefere a primeira. E dá a ela mais um adjetivo: sou um liberal progressista. Com a maior das boas-vontades, Guilherme elogiou o irmão e garantiu que nem as prisões, nem o banimento, nem o exílio, nem as posições petistas de Wladimir foram capazes de distanciá-lo do irmão.

Do velho Rui Palmeira, pai de Guilherme e Wladimir, vale lembrar que era senador pela Arena, quando o líder estudantil foi preso. Diz-se que morreu desgostoso com a sorte do filho. A seu velório, Wladimir compareceu, sob forte aparato de uma guarda de Fuzileiros Navais. O velho senador alagoano não viveu para ver o filho banido e trocado pelo embaixador norte-americano, Charles Elbrick. (MRC).

Bancários na luta pela estatização

MILA PETRILLO

A Assembléia Nacional Constituinte contará entre seus elaboradores com a presença dos três mais conhecidos líderes bancários do País: o gaúcho Olivio Dutra, o brasiliense Augusto Carvalho e o paulista Luiz Gushiken. Com eles, os 700 mil bancários brasileiros estarão bem representados. Resta saber se terão aliados em número suficiente para defender sua categoria profissional e a instituição de uma nova ordem financeira para o País. Ordem que, pela vontade dos três, privilegiará a estatização do bancos.

Augusto Carvalho, 33 anos, do PCB-DF, e Luiz Gushiken, 36 anos, do PT-SP, ainda não sabem precisar os nomes de seus principais antagonistas no debate parlamentar. Genericamente, lembram dois nomes que estão "indelevelmente ligados aos interesses do capital financeiro privado: os ex-ministros Delfim Netto e Roberto Campos".

Olivio Dutra, 45 anos, do PT-RS, pouco, vai mais longe e avisa que conhece bem seus adversários. Entre "outros nomes ligados ao capital financeiro" ele lembra que enfrentará, também, "os que hoje estão no Parlamento, mas durante o regime militar, estavam em altos cargos executivos, enquanto nós éramos cassados ou presos". Assim sendo, além de Delfim e Roberto Campos, Olivio destaca dois outros "adversários dos trabalhadores": os ex-ministros do Trabalho, Jarbas Passarinho, e Arnaldo Prieto, ambos eleitos para a Constituinte.

TRÊS ESTILOS

Augusto Carvalho, que se elegeu com quase 40 mil votos, é uma das estrelas da representação parlamentar brasiliense. Sociólogo formado pela UnB, ele está se adaptando ao Congresso, em sua estréia. Vestido com um terno de linho azul claro, de estilo bem moderno, o líder sindical lembra que "a maioria de seu eleitorado, formada de bancários, já não usa mais terno".

E explica porque: "A situação da categoria está tão difícil que, hoje, ela tem que lutar pela sobrevivência com tal garra, que não pode mais cultivar a imagem de 15 anos atrás, quando ser funcionário do Banco do Brasil dava o maior status".

— Em 1972, usei meu primeiro terno, pois chegava de Patos de Minas para assumir, por concurso, uma vaga no Banco do Brasil, para orgulho de minha família. Hoje, a profissão está passando por uma crise terrível. Dos 10.600 concursados aprovados recentemente pelo BB, 30 por cento recusaram o ingresso na carreira.

O Plano Cruzado se não resolveu os problemas econômicos do País, foi, na opinião de Augusto, padrasto tirano dos bancários. "Dos 700 mil profissionais que atuam no País, 120 mil foram demitidos". E o prejuízo social não se limitou à categoria, acrescenta. "A população se viu prejudicada pela diminuição do expediente de atendimento público e pela criação de taxas para pagar todo e qualquer serviço prestado pelas instituições financeiras".

Por isto, o deputado do PCB não nega que fará da reforma bancária e da luta pela melhoria de vida dos bancários, as razões primeiras de sua atuação parlamentar.

Já instalado em seu gabinete, Augusto lamenta "a verdadeira guerra" que o capital privado vem travando, "com apoio do Banco Central, o verdadeiro sindicato dos banqueiros", contra o Banco do Brasil. Cercado de documentos, decretos-leis e um completo dossiê sobre as dificuldades ora enfrentadas pelo Banco do Brasil — a menina de seus olhos — ele avisa que não medirá esforços para sensibilizar e arregimentar aliados na luta pela colocação do Banco Central sob o controle do Congresso e na derrubada do decreto-lei de nº 2.307, de 18/dezembro/86, que, sutilmente, alterou o Decreto-lei 2.293, de 21/novembro/86. Este decreto, assinado por Sarney, Funaro e Sayad, instituía que "são privativas das instituições financeiras públicas federais as operações de crédito e financiamento, em todas as suas modalidades, com a utilização de recursos geridos por órgãos ou entidades da Administração Federal". Com a alteração de dezembro, o decreto-lei alterou seu texto: "As operações de crédito e financiamento, de qualquer modalidade, em que se utilizem recursos geridos por órgãos ou entidades da Administração Federal, são privativas das instituições financeiras" (como se vê, alerta Augusto, desapareceram as palavras públicas federais).

> Os bancários que somam 700 mil em todo o País são representados na Constituinte por três grandes líderes: o brasiliense Augusto Carvalho, o gaúcho Olivio Dutra e o paulista Luiz Gushiken. Os três estão unidos na defesa de sua categoria profissional e na instituição de uma nova ordem financeira para o País. Já detectaram seus principais adversários: Delfim e Roberto Campos.

BUENO...

Conversar com Olivio Dutra é como consultar o verbete de uma enciclopédia sobre a história do movimento sindical brasileiro recente. Ele sabe de tudo e adora entrar em detalhes, revelar, datas, nomes e acontecimentos. Antes de cada frase, com bom gaúcho, diz "bueno...". Entra em detalhes até sobre sua cidade natal, já que nasceu em Bossoroca, "terceiro distrito de São Luis Gonzaga e, hoje, as duas cidades disputam o direito de ser sua terra natal". Bancário há 25 anos, ele chegou, por concurso ao Banrisul, em 1961. Em 70, em Porto Alegre, iniciou sua militância sindical.

Entrou para o PT, do qual é um dos fundadores. Hoje, ocupa a secretaria-geral do Partido, e foi eleito deputado constituinte com mais de 54 mil votos. Em 84, elegeu-se secretário-geral do Sindicato dos Bancários, sem que tivesse sido anistiado. Quis, com tal atitude, ver se o Ministério do Trabalho impedia, pela segunda vez, de exercer mandato sindical.

DIVERGÊNCIAS

Luiz Gushiken, que deixou a presidência do maior sindicato bancário do País (o de São Paulo, com quase 70 mil associados) para tornar-se constituinte, é o mais objetivo dos três. Fala pouco e vai direto ao assunto.

Avisa que pautará sua ação parlamentar por quatro pontos: "A defesa dos direitos dos trabalhadores, a luta pela democratização da estrutura sindical brasileira, a estatização do sistema financeiro e a reforma agrária".

Gushiken, como Augusto, participou de almoço que Camilo Calazans, presidente do Banco do Brasil, ofereceu aos vinte funcionários da instituição eleitos para a Constituinte. Na defesa do Banco do Brasil, o líder paulista que é funcionário do Banespa, "fecha com o colega do PCB". Mas aponta as divergências: "Para nós, petistas, não basta estatizar". Nós, que somos filiados à CUT (Central Única dos Trabalhadores), concordamos com a convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho) no que diz respeito ao princípio da liberdade de organização sindical. Ou seja, defendemos o desatrelamento do sindicato da estrutura do Estado. Já o PCB e o PC do B questionam este princípio, pois temem que ele gere o pluralismo sindical ou seja, a fragmentação das organizações de trabalhadores. Na realidade esta é questão de fundo que está colocada na divisão CUT-CGT (Central Geral dos Trabalhadores", arremata.

Florestan, eleito pelas "bases do PT"

Primeiro foi Fernando Henrique Cardoso, um dos astros da Sociologia brasileira. Agora, chega ao Congresso, na condição de deputado constituinte pelo PT de São Paulo, o também sociólogo Florestan Fernandes, um paulistano de 66 anos, para muitos a mais brilhante estrela da intelectualidade brasileira.

Ao comentar o "abandono", mesmo que temporário, da ciência política pela prática político-partidária, Florestan esclarece: "Não fui eu que escolhi a vida parlamentar, mas sim o PT que não me deu margem de escolha".

E, carinhosamente, conta como se deu sua candidatura:

— Passei todo o início do ano de 86 hospitalizado. Tive problemas de saúde que me obrigaram a atrasar, em mais de um mês, um curso especial de pós-graduação que daria na PUC-SP. Findo o curso, preparava-me para retirada em meu sítio, onde estudaria e descansaria, cuidando melhor de minha saúde. Foi então que Lula e três membros da Executiva do PT chegaram à minha casa e me disseram: Professor, as bases do Partido o indicaram candidato à Constituinte.

Segue contando a história de sua candidatura:

— Ao receber o convite, perguntei ao Lula, o que o PT me daria, já que não dispunha de dinheiro para alimentar a campanha, nem de saúde para percorrer os bairros da capital e as muitas cidades do interior do Estado. Lula sorriu e me avisou: o PT não pode lhe dar nada. Ao contrário: de tudo que o senhor conseguir, o partido recolherá 30%. Então, aceitei. (Risos)

Mas Florestan tem outras explicações para justificar a interrupção de seu repouso no sítio e sua candidatura a deputado constituinte: — Eu precisava demonstrar minha solidariedade ao PT, de forma mais clara. Sempre fui simpatizante do Partido e colaborador assíduo de suas finanças. E além do mais, no ano passado, o Partido dos Trabalhadores foi vítima de duas campanhas infames: a do episódio da Bahia (prisão de militantes que assaltaram o banco da Universidade) e o caso de Leme (morte de dois bóias-frias, que o ministro Brossard atribuiu a parlamentares do PT, mas que a Justiça provou serem totalmente inocentes). O uso pela classe dominante destes dois episódios ameaçava o crescimento do Partido. Era, portanto, mais que chegada a hora de atender ao convite do Lula.

MILITÂNCIA

Nos anos 70, Florestan e Fernando Henrique (que ele lembra: "foi meu aluno, meu assistente, meu colega e é meu grande amigo") eram as estrelas da resistência intelectual e científica ao regime militar. Nas reuniões anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), os auditórios abarrotavam quando eles falavam. Nas páginas dos semanários Opinião e Movimento, eles brilhavam em artigos e entrevistas.

Frente a este quadro, resta saber se num país de vida científica e intelectual ainda sem o relevo necessário, duas estrelas como Florestan e Fernando Henrique devem deixar a pesquisa e a reflexão intelectual para militar na política partidária. Florestan responde: — Ninguém é um quadro insubstituível. Também na ciência, as gerações circulam. A minha geração, hoje, está no momento descendente, muitos se preparam para sair ou já saíram. Em segundo lugar, uma campanha político-parlamentar não é secundária. O conhecimento da sociedade brasileira que acumulei nas centenas de conferências, palestras, simpósios e pesquisas que realizei me ajudam nesta minha nova atividade. Aliás, sempre cultivei a técnica da observação participante. Mesmo aqui no Parlamento, não me despirei de minha condição de sociólogo. Afinal, a luta de classes se reproduz aqui, embora de forma oposta à lá de fora: no Congresso, a minoria privilegiada tem representação majoritária e a minoria desvalida e oprimida, tem representação minoritária. Precisamos lutar para alterar este quadro.

Lutar, aliás, é um desafio permanente na vida de Florestan. Ele lembra que desde 1942, não faz outra coisa.

Lutei contra o Estado Novo desde os 20 e poucos anos, quando estudava Ciências Sociais. Filiei-me à Quarta Internacional, em 1942, à qual me mantive ligado por 10/12 anos. Neste período escrevi uma introdução apologética a Marx para prefaciar a tradução de A Crítica da Economia Política (1946). Desde os anos 40 até hoje, nunca escondi minha condição de marxista e minhas ligações com a esquerda. Nos anos 50, atuei junto a sindicatos e organizações estudantis e nos anos 60 participei ativamente da campanha pela escola pública e pela reforma universitária. Otávio Ianni e eu, aliados à UNE (União Nacional de Estudantes) participamos da Conferência Nacional da Reforma Universitária, em 1960. Em 64, fui preso, mas me soltaram logo, pois os protestos se avolumaram. Só neste falídico ano fiz concurso de cátedra na USP, embora lecionasse desde 1945. Comecei como professor-assistente. Em 54 tornei-me professor-substituto de Roger Bastide e, em 64, aprovado, preparei-me para assumir a cátedra. Só que minha nomeação quase não saiu, pois a direção da Universidade temia desagradar ao regime militar.

Tudo acabou bem. Em 65, Florestan foi dar aulas nos EUA, na Universidade de Columbia. Em 66, regressou, "disposto a lutar contra um segundo período de ditadura". Só que, três anos depois, a Junta Militar resolveu endurecer o regime. Em abril de 1969 Florestan era aposentado compulsoriamente pelo novo ato institucional número 5.

Daí em diante, afastado da USP, atuou em institutos de pesquisa e rodou o País participando de seminários, debates e reuniões anuais da SBPC. Seus livros — ele é autor de dezenas de obras, entre as quais A Revolução Burguesa no Brasil, A Função Social da Guerra, Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada, A Natureza Sociológica da Sociologia, Cuba — Da Guerrilha ao Socialismo e Explicação Sociológica — continuavam sendo produzidos e vendendo bem. Seus ensaios e artigos se multiplicavam em jornais e revistas especializadas.

Florestan Fernandes não abandona sua condição de sociólogo

O CONSTITUINTE

O parlamentar Florestan Fernandes não vai se dedicar, especificamente, à defesa de causas ligadas à comunidade científica e acadêmica. Ele, como bom petista, elege os pontos principais de sua atuação lembrando que compõem um leque amplo, complexo, marcado por problemas de difícil solução. El-los:

Um: Atuar pela constituição de um Estado democrático, que respeite a soberania popular.

Dois: Defender a consolidação das lutas políticas de classe trabalhadora, garantindo-lhe direito de greve irrestrito, estabilidade no emprego, 40 horas semanais de trabalho, autonomia sindical.

Três: Lutar pela reforma agrária, lembrando que os trabalhadores rurais são duplamente excluídos. Afinal, os trabalhadores urbanos, bem ou mal, estão inseridos na sociedade nacional.

Quatro: Defender o crescimento e fortalecimento dos partidos proletários, não medindo esforços para evitar que se repitam fatos como o de 1946, quando o Partido Comunista foi posto na ilegalidade, vendo-se então, obrigado pela clandestinidade a fazer alianças espúrias, mesmo que em defesa de interesses legítimos.

Cinco: Definir a relação das Forças Armadas com a sociedade civil e o funcionamento do Estado. É preciso dar fim ao monopólio do Poder pelas classes dominantes e ao uso das forças do poder militar como arma da burguesia. Na realidade, no Brasil, os militares constituem o quarto poder não explícito, mas o mais visível. A função profissional das Forças Armadas é defender as fronteiras da Nação, quando realmente ameaçadas.

Seis: Analisar a situação do Brasil diante das nações capitalistas hegemônicas europeias, Japão e especialmente os EUA. Hoje, nosso País é tão dependente economicamente destas superpotências, que viu-se destituído de sua soberania como Nação. **Sete:** Combater os mecanismos pelos quais o Estado brasileiro se viu convertido em instrumento de transformação das rendas das classes trabalhadoras e oprimidas em riqueza da burguesia. Afiesta situação que impede que o País tenha recursos para investir em habitação, transporte, saúde, educação e outros direitos sociais do povo.

Oito: Estimular o investimento do Estado na Educação, Ciência e Tecnologia. Até hoje, o País só tem importado pacotes tecnológicos do exterior.

Engana-se quem pensa que ele chegou para alguns meses de trabalho como Constituinte. Se for preciso, Florestan está disposto, até, a disputar um segundo mandato. Afinal, os 50 mil votos que o elegeram, mostram que é uma legenda viva da intelectualidade brasileira. Dos apoios recebidos, o sociólogo destaca — além do de seus ex-alunos e amigos petistas — o de Luiz Carlos Prestes.

— Somos amigos que cultivam relações pessoais há pouco mais de dois anos. Ele, porém, espontaneamente, resolveu apoiar meu nome. No dia em que recebeu o título de cidadão honorário de São Caetano e São Bernardo pediu votos para minha candidatura. Noutra oportunidade, no programa Roda Viva, da TV Cultura, levou meu emblema na lapela do paletó e tornou a pedir votos para meu nome.

O que se deve esperar dos televisivos

A televisão fornece ao Congresso Constituinte quatro jornalistas que tiveram nela seu instrumento de trabalho e de divulgação junto aos eleitores. Três deles, atuaram, ativamente, no vídeo e tornaram-se verdadeiras estrelas nacionais: Antônio Britto, Hélio Costa e Roberto D'Ávila. O quarto nome da constelação é uma figura de bastidores: Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro ou, popularmente, Arthur da Távola, autor de coluna sobre o mundo da Tv, que circula em dezenas de jornais brasileiros.

Antônio Britto tornou-se tão popular graças às poucas semanas em que cumpriu a função de porta-voz do presidente Tancredo Neves (num período de comoção nacional, devido ao agravamento da saúde e à morte do político mineiro) que, aos 34 anos, chegou ao Congresso Constituinte com votação avassaladora (305 mil votos). Repórter político, Britto atuou na RBS (Rede Brasil Sul), repetidora da Globo em Porto Alegre, e de 79 a 85, dirigiu a Tv Globo-Brasília. Ex-professor de jornalismo, Britto assume postura democrática no que diz respeito à concessão, pelo Estado, de canais de rádio e Tv, um dos temas que deve agitar a Constituinte: "A mudança nas regras das concessões deve ter como diretriz a criação de mecanismos de controle da comunicação, preservando o interesse público". Ele continua simpático à criação do Conselho Federal de Comunicação, um organismo proposto por Tancredo Neves, que contaria com representação de segmentos da sociedade civil e dos partidos políticos.

Enquanto a Constituinte não propõe alterações na política das concessões, "o Código Brasileiro de Teleradiodifusão, que data de 1962, época do governo Goulart, e permite situações como a verificada no governo João Figueiredo, que assinou 241 concessões de rádio e Tv, nos cinco últimos meses de sua gestão, na tentativa de aquinhoar políticos pedessistas e garantir a vitória das forças conservadoras. Para se ter uma idéia, em cinco meses, Figueiredo assinou mais concessões que nos dois anos anteiores (1982/83).

Antônio Britto, ao que tudo indica, não abandonará o jornalismo televisivo. Prova disso é que, hoje, ele participa, com Roberto D'Ávila e Villas-Boas Correia, da estréia de A Hora da Verdade (Tv Manchete/Tv Brasília, 22 horas), programa semanal que entrevistará uma grande personalidade política. Neste domingo, estará na berlinda o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado.

NO VÍDEO

Roberto D'Ávila, 37 anos, foi eleito pelo PDT fluminense com 62 mil votos. Ele se preocupa com a democratização da comunicação no Brasil e promete votar em propostas progressistas, nesta área. Mas faz questão de lembrar que não restringirá sua ação parlamentar ao setor; pois sua preocupação é mais genérica: "vou atuar na área da Ordem Econômica e Social, sempre tendo em mente que estamos às portas do século XXI e que é preciso dar um rumo político ao Brasil, no sentido de transformá-lo num país onde não existam miséria e desigualdades sociais tão acentuadas".

D'Ávila continuará atuando na Tv, sem descanso. Aliás, a maioria de seus eleitores, ao votar nele, avisou: "É preciso dar seqüência ao seu trabalho no vídeo". Assim, além de A Hora da Verdade, a estréia de hoje, ele continuará comandando o Conexão Internacional, programa que lhe deu prestígio. Tanto prestígio que, em Cuba, o escritor Jorge Amado comentou com Fidel Castro: "O senhor elegeu um deputado no Brasil". Mas como? retrucou o premier cubano. Sim; escarneceu Amado, "o programa Conexão Internacional de Roberto D'Ávila com o senhor repercutiu tanto, que o repórter se elegeu com significativa votação".

D'Ávila concorda com Jorge e não vê exagero no comentário do escritor: "o Conexão Internacional deu-me, realmente, muito prestígio, em especial a entrevista do premier cubano. E fico feliz de saber do teor da conversa de Jorge Amado e Fidel, pois quando o programa foi ao ar, muitos disseram que Castro se arrependera de me ter concedido a entrevista, preferindo a Tv Globo".

No momento, Roberto não perde tempo, colhe assinaturas para abaixo-assinado que pede o fim das relações diplomáticas entre Brasil e África do Sul. Mais de 400 constituintes já assinaram. E dois governadores botaram sua rubrica no papel: o balano Waldir Pires e o brasiliense José Aparecido.

SOCIAL-DEMOCRATA

Hélio Costa, 47 anos, mineiro de Barbacena, "terra do leite grosso", é outra estrela televisiva. Afinal, durante mais de 10 anos, ele mandou dos EUA e outros países, longas matérias para o Fantástico, o Show da Vida, programa dominical da Tv Globo, abordando temas, geralmente, na área da saúde.

Em 1982, regressou ao Brasil, disposto a iniciar carreira política. Em Barbacena, seus correligionários (ele se filiou ao PMDB e foi um dos estimuladores do PP — Partido Popular — de Tancredo Neves) queriam que ele se candidatasse a prefeito, por ser a única liderança local capaz de enfrentar a hegemonia dos Bias Fortes e Bonifácio Andrada. Não se candidatou ao executivo municipal, mas guardou força para se eleger deputado constituinte com mais de 110 mil votos.

Proprietário da Rádio Sucesso FM, de Barbacena, Hélio não fará da reforma do Código Brasileiro de Telecomunicações o centro de suas atenções. Ex-reporter da Rádio A Voz da América e correspondente da Tv Globo, nos EUA, ele se define como "um social-democrata". Crítico, com veemência, a intervenção do Estado brasileiro na economia (aqui, até para se instalar um posto de gasolina numa estrada poeirenta na Amazônia, é preciso ter autorização do Conselho Nacional do Petróleo) e promete centrar sua atuação parlamentar na área da saúde e previdência social. Assessorado por estudos da OMS (Organização Mundial de Saúde), que conhece bem, ele já tem esboçado um projeto de atendimento previdenciário a crianças de até 13 anos e a idosos de mais de 65. Em breve, ele deverá comandar, na Rede Globo, um programa que traduzirá para o povo o que se passa na Assembléia Nacional Constituinte.

Hélio Costa, Britto, Artur da Távola e D'Ávila, os quatro cavaleiros que a TV ajudou muito

CORREIO BRAZILIENSE
APARTE
4/5 Brasília, domingo, 8 de fevereiro de 1987

MILA PETRILLO

Benedita Silva, a líder favelada, já chamou a atenção do Le Monde

Benedita, a dúvida sobre

Domingo passado, ela ganhou um artigo no prestigiado diário francês Le Monde, que registrou o fato de ser a primeira mulher negra a ocupar o Parlamento brasileiro. Ela é Benedita Souza Silva dos Santos, 44 anos, eleita pelo PT fluminense, com pouco mais de 27 mil votos. Além de mulher e negra, Benê, como é conhecida, notabiliza-se como líder favelada. Desde os 15 anos, vem atuando em favelas cariocas, junto a menores carentes, prostitutas e outros segmentos sociais. Em 1984, formou-se em Serviço Social. É religiosa e freqüenta a Assembléia de Deus, no Leblon. Sua atuação, porém, é ecumênica. Na Baixada Fluminense, trabalha com o bispo da Igreja Católica progressista, Dom Mauro Morelli. Juntos, eles constituíram o grupo Constituinte Popular Permanente, que acompanhará, da Baixada, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Casada com Aguinaldo Bezerra dos Santos, o "Bola", 52 anos, candidato a vice-governador na chapa de Gabeira (PT-PV), Benedita é mãe de seis filhos (cinco casados e um solteiro) e avó de nove netos (de 13 anos a três meses de idade). E o que pensa esta líder feminista sobre o aborto, sendo ela religiosa e freqüentadora de uma igreja conservadora como a Assembléia de Deus?

A resposta de Benê é elaborada: "A questão do aborto é muito complexa. O problema não é ser a favor ou contra, mas ter percepção e sensibilidade para sua gravidade, bem de respeito pelo direito da mulher decidir. Quando uma doméstica aborta, ela o faz não porque quer, mas porque precisa, pois sabe que com filho pequeno nos braço, dificilmente arranjará emprego. No plano moral, o que leva uma moça solteira a abortar? O medo de ser expulsa de casa pelos pais".

Outra área de atuação de Benê liga-se ao movimento negro. Ela, além do trabalho na Baixada Fluminense com a Igreja Católica, se dedicará com afinco à defesa dos direitos dos afro-brasileiros na Constituinte. Ela atua junto aos negros que se aglutinam no Triângulo Mineiro, com o apoio do prefeito de Uberaba, Wagner Nascimento.

Benê vai residir em Brasília e será assessorada pelo marido "Bola". Os filhos e netos ficarão no Rio. Como quer acompanhar todas as sessões da Constituinte, a parlamentar só deverá se deslocar rumo à sua base eleitoral, de 15 em 15 dias, ocasião em que visitará a xada Fluminense para debates com a Constituinte Popular Permanente.

Como se vê, Benê promete ser uma das estrelas da constelação de 26 mulheres eleitas para a Constituinte, onde há poucas desinentes, sados pela especificidade da luta feminista (como a carioca Sandra Cavalcanti) e parlamentares experientes como a pernambucana Cristina Tavares, uma das poucas a defender abertamente o aborto.